



Caça Algarve

Janeiro 2009

BOLETIM OFICIAL DA FEDERAÇÃO DE CAÇADORES DO ALGARVE

EDIÇÃO Nº 62 - DISTRIBUIÇÃO GRATUITA - PERIODICIDADE MENSAL



3

Editorial:
Em jeito de balanço



4

Prendas às crianças algarvias
foram entregues pelo Natal



6

Entrevistámos o Presidente da
Câmara Municipal de Olhão

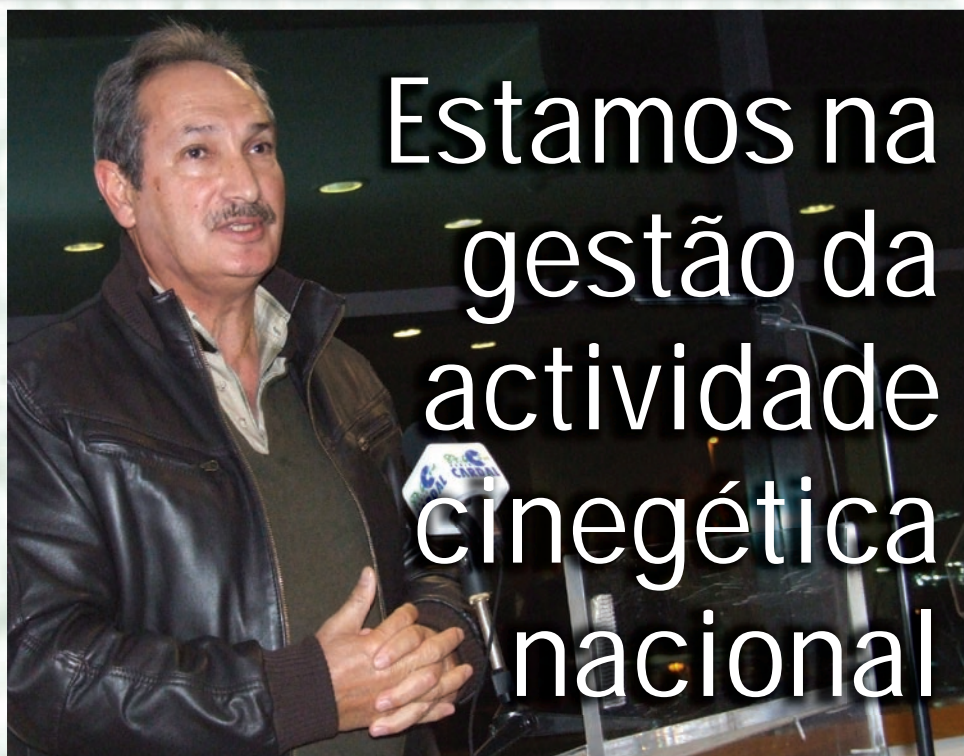


7

Órgãos sociais da CNCP
tomaram posse

Nota: O Decreto-Lei n.º 9/2009 de 9 de Janeiro, estabelece o regime jurídico aplicável ao exercício da actividade dos guardas dos recursos florestais contratados por entidades privadas gestoras ou concessionárias de zonas de caça ou de pesca.

www.fcalgarve.pt



Estamos na gestão da actividade cinegética nacional

Candidaturas à acção Gestão Multifuncional no âmbito do PRODER estão abertas

Entrevista com Francisco Leal, Presidente da Câmara Municipal de Olhão



Candidatura à acção Gestão Multifuncional no âmbito do PRODER está aberta

Encontra-se aberto até ao próximo dia 15 de Março de 2009 a 1.ª fase de candidatura à acção Gestão Multifuncional, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER), para os Clubes, Associações e Empresas de Turismo Cinegético detentoras de Zonas de Caça Associativas e Turísticas actualmente constituídas.

A Federação de Caçadores do Algarve disponibiliza o apoio necessário à elaboração das candidaturas.

As despesas elegíveis e os procedimentos necessários à elaboração das candidaturas são os que a seguir se descrevem:

1. Despesas elegíveis

Melhoramento de habitats:

- Instalação de campos de alimentação
- Abertura de clareiras
- Desmatações
- Instalação de pastagens
- Instalação de espécies arbóreas ou arbustivas produtoras de fruto;
- Instalação e beneficiação de zonas de refúgio:
 - Bosquetes
 - Galerias ripícolas
 - Ilhas artificiais

- Instalação e Beneficiação de infra-estruturas de fixação e adaptação de populações cinegéticas:

- Aquisição e instalação de comedouros
- Aquisição e instalação de bebedouros
- Limpeza de pontos e água naturais e acessíveis à fauna
- Reabilitação de charcas e açudes
- Construção ou aquisição e colocação de morroços e tocas artificiais.

Compatibilização da actividade cinegética com outras actividades:

- Protecções individuais de árvores
- Cercas de protecção para a nidificação da perdiz.

Fomento das Populações cinegéticas:

- Aquisição de parques para a adaptação de exemplares cinegéticos introduzidos e equipamentos de detecção de exemplares libertados.

Diversificação da oferta de serviços:

- Instalação de observatórios de fauna e aquisição de equipamentos associados
- Instalação e sinalização de percursos para observação da fauna e respectivos suportes de informação ao utilizador.
- Elaboração e acompanhamento da execução dos pro-

jectos (até 12 % sobre o valor elegível aprovado e num montante máximo de 3000 euros).

- IVA desde que não dedutível e nas respectivas proporções.

2. Níveis de apoio

- 40% em áreas não desfavorecidas *.

- 50% em áreas desfavorecidas *.

* *Incluído acções, elaboração e acompanhamento do projecto, bem como o IVA desde que dedutível*

- Montante Máximo por projecto: 150 000 euros, independente do tipo de zona de caça.

Condições gerais que devem reunir os proponentes para a elaboração de candidaturas

- Serem concessionários de zona de caça de interesse Associativo e/ou Turístico.

- As Associações e Empresas de Turismo Cinegético devem de estar legalmente constituídas.

- As Associações e Empresas de Turismo Cinegético deverão ter a situação regularizada perante a administração fiscal e segurança social.

- As Empresas de Turismo Cinegético tem de possuir ou passar a possuir um sistema de contabilidade organizada e/ou simplificada nos termos das normas do RICA (rede de informação e contabilidade agrícola) ou outros equiparados e reconhecidos para o efeito.

- Os investimentos deverão necessariamente incidir em espaços florestais * ou em áreas que incluam no mínimo 60% desses espaços (* *área ocupada por arvoredos florestais de qualquer porte, com uso silvopastoril ou incultos de longa duração, os terrenos improdutivos ou estéreis do ponto de vista da existência de comunidades vegetais e ainda águas interiores*).

- As Associações e Empresas de Turismo Cinegético terão que identificar o prédio rústico onde irão decorrer as acções (artigo, secção cadastral e área), bem como o NIF e o nome do respectivo proprietário.

- Os projectos deverão ter início após a data de apresentação do pedido, à excepção de: são elegíveis as despesas efectuadas após 1 de Janeiro de 2007 desde que as candidaturas tenham sido feitas durante o primeiro período (02-12-2008 a 15-03-2009) e as respectivas operações não estejam concluídas antes da data de aprovação do pedido de apoio: nesta situação não há limite para pagamentos por cheque (desde que os pagamentos tenham sido feitos antes de 8/8/08, como também conta bancária específica para o efeito.

- Os projectos têm de apresentem coerência técnica (ZCA e ZCT) e económico-financeira (apenas para as ZCT).



Em jeito de balanço

Terminada mais uma época de caça, é tempo de efectuar o balanço. E esse balanço, como vem sendo habitual nos últimos anos, é também muito positivo.

Há vários motivos para assim considerarmos a época de caça que no final do ano chegou ao fim. Desde logo, porque no terreno, apesar de uma ligeira diminuição de perdizes, registou-se um aumento das outras espécies, nomeadamente da lebre e nalguns concelhos do coelho. As zonas de caça, designadamente as mais recentemente criadas, desempenharam em conjunto com as mais antigas um papel preponderante com efeitos extremamente vantajosos para o desenvolvimento e necessária dignificação do Sector da Caça. O turismo cinegético também deu passos muito significativos, conforme foi noticiado em anteriores edições do Caça Algarve. Vieram caçar nas nossas zonas de caça muitos estrangeiros, oriundos de vários países, que aproveitando o magnífico Sol da nossa região, entre duas boas tacadas de golfe, também fizeram excelentes caçadas.

Mas, continuando o balanço, não posso deixar de salientar que foram dados passos significativos no reconhecimento das Organizações do Sector da Caça (OSC) pelo Ministério da Agricultura e Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas. Não se conseguiu atingir os objectivos traçados mas ficou-se por perto. Este ano vamos, pois, continuar a fazer algumas reivindicações, quer no capítulo da Lei das



Armas, quer noutras áreas em que se impõem algumas “correções”. Dou-vos um pequeno exemplo: as zonas de caça associativas e as zonas de caça turísticas, ao abrigo da Lei em vigor, podem candidatar-se a apoios no âmbito do PRODER, no entanto a medida não contempla as zonas de caça municipais, por isso a Lei deve ser alterada.

Nesse âmbito, quero desde já manifestar o meu agrado pela abertura e disponibilidade do Arq. Carlos Guerra, gestor do projecto, que se comprometeu levar o assunto à próxima reunião em Bruxelas, a fim de se tentar colmatar esta diferença.

Para terminar, uma vez que as Federações de Caçadores me escolheram para gerir os destinos da Confederação Nacional dos Caçadores Portugueses, quero deixar expresso o meu compromisso de tudo fazer para desenvolver a actividade, dignificar os caçadores portugueses e fomentar o sector da Caça com os nossos parceiros sociais.

O Presidente da FCA,
(Vitor Manuel Bota Palmilha)

Ordenamento Cinegético

CONCESSÕES DE ZONAS DE CAÇA ASSOCIATIVAS

ENTIDADE GESTORA NOME DA ZONA DE CAÇA	FREGUESIAS	CONCELHO	PROCESSO	PORTARIA	ÁREA (ha)
Associação de Caçadores Pico da Serra do Mú <i>S. Barnabé</i>	S. Barnabé	Almodôvar	5105 – AFN	1478/2008 de 18 de Dezembro	1483

ANEXAÇÃO DE TERRENOS A ZONAS DE CAÇA ASSOCIATIVAS

Associação de Caça e Pesca do Arão <i>Arão</i>	Odiáxere	Lagos	3697 – AFN	1542/2008 de 30 de Dezembro	314
---	----------	-------	------------	-----------------------------	-----

DESANEXAÇÃO DE TERRENOS A ZONAS DE CAÇA ASSOCIATIVAS

Clube de Caçadores da Corte de António Martins <i>Corte de António Martins</i>	Vila Nova de Cacela	V. R. Stº António	2801 – AFN	44/2009 de 19 de Janeiro	11
---	---------------------	-------------------	------------	--------------------------	----

EXCLUSÃO DE TERRENOS DE Z. C. MUNICIPAIS QUE PASSAM A INTEGRAR ZONAS DE CAÇA

Clube dos Caçadores de Lagos <i>Lago</i>	Odiáxere	Lagos	3057 – AFN	1539/2008 de 30 de Dezembro	310
---	----------	-------	------------	-----------------------------	-----

ANEXAÇÃO DE TERRENOS A ZONAS DE CAÇA TURÍSTICAS

Moinho do Monte Novo – Soc. Ago-Turística Lda <i>Moinhos de Vento</i>	Espírito Santo	Mértola	4497 – AFN	70/2009 de 22 de Janeiro	36
--	----------------	---------	------------	--------------------------	----



“Natal dos Caçadores para as Crianças” realizado em



todos os concelhos da região algarvia (imagens)



Monchique



Olhão



Portimão



Silves



S.Brás de Alportel



Tavira



Vila do Bispo



Vila R. Stº António



Entrevista ao Presidente da Câmara Municipal de Olhão

Valorizar a presença dos Caçadores nas áreas florestais, enquanto “dignos vigilantes da Natureza”

Dando continuidade ao nosso ciclo de entrevistas, chegou a vez de “batermos à porta” do Eng. Francisco Leal, Presidente da Câmara Municipal de Olhão.

Como se sabe, o Município de Olhão não possui um historial marcadamente cinegético, devido às suas características e à sua localização geográfica, situado a litoral, mas nem por isso deixa de ter uma importância acrescida no plano estratégico cinegético regional.

Caça Algarve (CA): O ordenamento cinegético no Concelho de Olhão tem merecido a cooperação da Câmara Municipal designadamente no apoio às associações e clubes de caçadores do município olhanense. De que forma tem sido dado esse apoio?

Francisco Leal (FL): O Município de Olhão, numa política de apoio às Associações e Clubes do Concelho, tem apoiado, também, as Associações e Clubes de Caçadores, designadamente, concedendo apoio financeiro à construção das suas sedes sociais. Por exemplo, a Autarquia efectuou a cedência de uma antiga Escola Primária, que se encontrava desactivada, atribuindo-a a uma dessas agremiações de natureza cinegética.

Mas, deixe-me calificar um aspecto importante que as pessoas devem compreender. Os Olhanenses estão, de um modo geral, mais vocacionados para as actividades náuticas do que campestres e, nesse sentido, também estão mais sensibilizados para a actividade piscatória. Como se sabe, e sendo a Cidade de Olhão considerada por muitos como a “Capital da Ria Formosa”, facilmente se entende a paixão dos olhanenses pelo Mar em detrimento de outras ocupações como a caça.

Contudo, reitero o nosso apoio e disponibilidade para apoiarmos todas as colectividades que se dedicam à actividade cinegética.

CA: Como define a importância do ordenamento cinegético na prevenção aos fogos florestais?

FL: O ordenamento cinegético é, sem dúvida, um dos aspectos mais importantes na prevenção dos fogos florestais, principalmente e no que concerne à limpeza dos terrenos, abertura de caminhos, etc...

No Município de Olhão não existem grandes espaços florestais, como se sabe, mas valorizamos a importância da presença dos Caçadores nessas áreas, enquanto dignos vigilantes da Natureza, que o são, efectivamente!...

CA: O concelho de Olhão, não sendo um dos mais cinegéticos, acaba por ter um importante papel a desempenhar neste âmbito. Para quando a criação do Conselho Cinegético Municipal de Olhão?

FL: Em 2001 foi criado no Município de Olhão o Conselho Cinegético Municipal. No entanto, esse órgão, apesar de ser bastante importante, designadamente no aspecto



consultivo, não se encontra activo, já que a sua vigência é de quatro anos e, por isso, actualmente é como se nunca tivesse existido. A Câmara Municipal, como é seu apanágio, está disponível para promover a actualização do Conselho Cinegético Municipal de Olhão.

CA: A Federação de Caçadores do Algarve realiza anualmente a Feira de Caça, Pesca e do Mundo Rural. Qual a importância que atribui ao certame, primeiro em termos locais e depois no plano regional ?

FL: Trata-se de um certame que, a nosso ver, ao longo dos seus 14 anos de existência tem sabido granjear o interesse de todos quantos nele participam e, é hoje um evento de referência e da maior importância para a divulgação de todos os aspectos relacionados com a Caça, a Pesca e o Mundo Rural.

Repare que a nossa experiência com a realização de certames, como a Expomar, nomeadamente, permite-nos afirmar que a Feira da Caça, Pesca e do Mundo Rural, pode crescer ainda mais e, se já hoje é um certame de grande importância e projecção nacional, pode também vir a sê-lo no plano internacional. Assim o desejamos e penso que este será também um desejo de muitos algarvios.



CNCP elegeu novos órgãos sociais

Vítor Palmilha é o novo Presidente da instituição “mais representativa dos caçadores portugueses”

A eleição dos órgãos sociais da Confederação Nacional dos Caçadores Portugueses (CNCP) para o próximo quadriénio, realizou-se no dia 20 de Dezembro, na Biblioteca Municipal de Pombal, com a participação das dez federações nacionais que integram o órgão nacional.

Para presidir aos destinos da instituição nos próximos quatro anos, foi eleita a Lista Única colocada a sufrágio, liderada pelo Presidente da Federação de Caçadores do Algarve (FCA), Vítor Palmilha, que assumiu o cargo de Presidente.

Nos restantes órgãos sociais, cuja tomada de posse em acto contínuo após a votação, Arménio Lança (Federação Alentejana de Caçadores) passou a ocu-



par o cargo de Presidente da Assembleia Geral, José Fernando Luís ficou no cargo de Presidente do Conselho Fiscal (FCA), Nuno Vaz (Federação de Caçadores e Pescadores da Beira Interior) preside o Conselho Jurisdicional, Manuel Carvalho (FACIRC) é o Presidente do Conselho Técnico, Joaquim Silva Branco (FEDERCAÇA) é Presidente do Conselho Disciplinar, e António Campos de Almeida (Federação de Caçadores de Entre Douro e Minho) preside ao Conselho de Arbitragem.

A instituição “mais representativa dos caçadores portugueses”, conforme foi amplamente assumido nas diversas intervenções que tiveram lugar durante esta jornada, designadamente pelo presidente cessante





Arménio Lança e Manuel de Jesus, os novos Presidente e Secretário da Assembleia Geral da CNCP, já no pleno uso das suas novas funções.

Dirigentes da Federação de Caçadores do Algarve que integram os novos órgãos sociais da Confederação

Dos novos órgãos sociais agora eleitos, para além do Presidente Vítor Palmilha, fazem ainda parte os seguintes elementos dirigentes da Federação de Caçadores do Algarve: Manuel Martins de Jesus foi reeleito Secretário da Assembleia Geral; João Manuel Arez e José Maria Seromenho foram eleitos Vogais da Direcção; José Fernando Luís, como já se referiu, é o Presidente do Conselho Fiscal e Tibério Pinto no Conselho Disciplinar.

Arménio Lança, e depois pelo novo Presidente, Vítor Palmilha, que destacou a necessidade de uma gestão de rigor, mais activa e empenhada por parte de todos os órgãos dirigentes, num envolvimento mais participativo de todas as federações filiadas.

Alguns elogios também, designadamente, para Plácido Monteiro (vice-Presidente da Assembleia Geral cessante) que assumiu com elevação durante muitas sessões a presidência da Mesa da Assembleia Geral.

Refira-se também que a

tomada de posse dos novos órgãos sociais contou com as presenças do Presidente da Autoridade Florestal Nacional, Eng. António Rego, e do Presidente da Câmara Municipal de Pombal, Dr. Narciso Mota, a quem coube encerrar os trabalhos.



Em ambiente de festa, o Presidente da Câmara Municipal de Pombal, Dr. Narciso Mota, depois de proferir o discurso de encerramento, ofereceu lembranças do seu Município aos presentes e um beberete a fechar.



Caça Algarve

PERIODICIDADE MENSAL
DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Edição: Federação de Caçadores do Algarve
Praceta das Bernardas, n.º 4 r/c 8800-685 Tavira
Telf: 281 326 469 - Fax: 281324 060
E-mail: fed.cac.alg@clix.pt - <http://www.fc.algarve.pt>
Design, Maquetização, Paginação e Grafismo:
Região Sul 2 - Publicações, Lda.
Betunes 8100-254 Loulé
Impressão e Acabamentos:
Gráfica Comercial - Arnaldo Matos Pereira, Lda.
Zona Industrial - 8100 Loulé
Publicação: Janeiro de 2009 - Exemplares: 2000

